

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA PAULA DE CASTRO MARCONDES GODOY

A NOBREZA NO LIVRO DOS ESTADOS DE DON JUAN MANUEL

CURITIBA

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
ANA PAULA DE CASTRO MARCONDES GODOY

A NOBREZA NO LIVRO DOS ESTADOS DE DON JUAN MANUEL

Monografia apresentada à disciplina de Estágio Supervisionado em Pesquisa Histórica, como requisito à conclusão do Curso de Licenciatura e Bacharelado em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Professora Doutora Fátima Regina Fernandes.

CURITIBA

2013

*Dedicada à Diva Ribeiro
Marcondes Godoy e a Mário de
Castro, in memoriam.*

Agradecimentos:

Os últimos anos foram (e ainda está sendo) muito tumultuados, os piores e melhores da minha vida. Este trabalho fecha mais um ciclo, e é essencial agradecer quem fez parte deste tempo e me apoiou e ajudou na realização deste trabalho.

Agradeço primeiramente ao meu pai e minha mãe por me ensinarem pelo exemplo, e por me amarem incondicionalmente, e por brigarem por mim, um com o outro e ambos com o mundo. A minha avó Carolina, que mais do que avó é também minha mãe, minha base na vida. Ao meu tio padrinho Armando, por me dedicar tanto amor, carinho e preocupação. Você é um grande homem, e um exemplo pra mim. Ao meu avô Paulo, por me fazer sentir a pessoa mais querida do universo. A minha avó Diva, *in memoriam*, por ser um exemplo de força, disciplina e sobretudo de dignidade. Você sempre foi muito feroz em defender aquilo que acreditava, e uma esponja, constantemente aprendendo, crescendo e dividindo isso com todos a sua volta. Se eu conseguir na vida ser metade do que você foi, serei uma mulher e tanto!

Aos meus irmãos, pelas brigas, risadas, companhia, espero ser uma boa irmã mais velha, e um bom exemplo pra vocês. Ao meu avô Mário, *in memoriam*, que me ensinou a gostar de ler desde cedo, a gostar de história, e que eu queria mais que tudo que estivesse vivo e pudesse ver este trabalho. Agradeço a toda a minha família, torta, complicada, mas muito amada. Espero ainda ser motivo de muito orgulho pra vocês.

Aos colegas de curso, que tornaram o dia a dia na faculdade muito mais divertido. A correria da vida pode acabar nos afastando, mas sempre lembrarei com carinho e saudade de todos. Ao Sérgio, eternamente ocupando o posto de melhor amigo da faculdade. Aos amigos, Crissiê, Bruna Dietzsch, Bossle, Jacqueline, Angelita e Poliana. Pelas saídas épicas, pelos anos de amizade, pelo carinho, preocupação, conselhos, por me ajudarem no processo de feitura deste trabalho, pelas orações e vibrações positivas. Obrigada por me deixarem fazer parte das suas vidas, vocês significam muito pra mim.

Agradeço também a orientadora Fátima, pela gentileza, paciência, carinho e disponibilidade. A admiro muito como pessoa e como profissional, espero ser uma historiadora do seu calibre um dia. Aos outros mestres do curso com quem tive o privilégio de estudar ao longo destes cinco anos, obrigada pelo exemplo como pesquisadores, pela dedicação em nos ensinar e por nos contagiar com a paixão pela história.

Resumo

O fim do século XII e o início do século XIV compreendem um período marcado por intensas crises políticas e sociais nos reinos cristãos europeus. No reino de Castela desde o século XIII houve um processo de fortalecimento do poder régio, tanto no plano político como no legislativo, administrativo e da justiça. Esse reforço da autoridade real e a promoção de uma centralização tiveram uma resistência vigorosa por parte dos grupos nobiliárquicos. Estes grupos passavam por uma transformação com o declínio do processo de reconquista dos territórios ocupados pelos árabes na península ibérica. Neste contexto o conhecimento produzido para servir de base à afirmação do poder real passou a abarcar também as preocupações ideológicas e dos costumes da nobreza. Este trabalho tem como objetivo analisar a O Livro dos Estados de Don Juan Manuel, um tratado político, teológico e de educação principesca e nobiliárquica. No contexto em que viveu, suas teses atendiam a necessidade da ordenação e ajustamento da categoria nobre a um padrão de excelência moral, para estarem preparados para a defesa de suas prerrogativas sociais, políticas e econômicas em uma sociedade que estava com estas ideias progressivamente em declínio.

Palavras chave: Nobreza, Cultura, Poder

Sumário

Introdução.....	8
1. A Baixa Idade Média Castelhana.....	10
1.2 Contexto político e cultural do reino castelhano.....	15
2. A vida de Don Juan Manuel.....	18
2.1 Don Juan Manuel e Afonso XI.....	21
3. Don Juan Manuel e sua produção literária.....	24
3.1 O Livro dos Estados.....	27
Conclusão.....	29
Bibliografia.....	31

Introdução

A Baixa Idade Média é um período de transformações e conflitos políticos e sociais nos reinos cristãos europeus. No caso específico do reino de Castela, há um processo de fortalecimento e centralização do poder régio, seja no plano político, legislativo, administrativo e de justiça. Este projeto da monarquia sofre uma intensa resistência por parte dos grupos nobiliárquicos, já fragilizados pelo arrefecimento do processo de reconquista empreendido no século anterior.

Com relação aos embates políticos entre monarquia e nobreza houve três fases distintas em que houve uma crise política intensa, delimitados pelos seguintes marcos temporais: a ascensão de Sancho IV (1284-1286), em que ocorre uma guerra civil devido ao questionamento da legitimidade do monarca; o reinado de Fernando IV (1295-1312), reinado curto marcado por revoltas da nobreza e por nova guerra civil e a longa menoridade de Afonso XI (1312-1325), com acirradas disputas pela tutoria régia. Estes marcos ajudam visualizar a amplitude da crise política, com os maiores impactos sofridos pela alta nobreza castelhana.

Neste contexto o conhecimento produzido para servir de base à afirmação do poder real passou a abarcar também as preocupações ideológicas e dos costumes da nobreza. Isabel Beceiro Pita afirma que no fim da idade média cresce uma preocupação e uma valorização da educação das elites nobiliárquicas, e com isso cresce a literatura de caráter didático destinado tanto a educação dos príncipes como da camada nobre¹. Don Juan Manuel é uma fonte muito importante para compreender essas estratégias culturais que fundamentam o sistema de valores, a conduta moral e os ideais sociais e políticos da sociedade aristocrática na baixa idade média e fundamentalmente na nobreza castelhana.

Seus escritos possibilitam uma visão dos processos culturais modelares para os costumes sociais nobres, bem como dos mecanismos de codificação

¹ BECEIRO PITA, Isabel. *La consciencia de los antepasados y la gloria Del linaje em la Castilla bajo medieval. Relaciones de poder, de proccción y parentesco em la Edad Media y Moderna. Aproximaciones a su estudio, obra compliada por Reyna Pastor*. Madrid: CSIC, 1990. p.571-590

ética no que diz respeito à conduta política das elites na sociedade baixo medieval. Suas obras funcionam portanto tanto como um guia de normas de comportamento quanto como um ideário de educação política e religiosa. Os estudiosos de suas obras defendem que as obras de Don Juan fazem parte do denominado didatismo doutrinal e moralizante, tendo em suas obras desenvolvido um programa educativo voltado para a formação da nobreza.

Este trabalho se propõe a analisar e discutir o Livro dos Estados tratado político, teológico e de educação principesca e nobiliárquica escrito por Don Juan Manuel, um nobre da casa real do reino de Castela nos séculos XIII e XIV. Utiliza-se a edição disponível na coletânea Biblioteca de Autores Españoles desde la formación del lenguaje hasta nuestros días, tomo quinquagésimo primeiro, intitulado Escritores em prosa anteriores al siglo XV, da Ediciones Atlas de Madrid, publicado em 1952. O trabalho divide-se em três capítulos, sendo o primeiro sobre o contexto político da baixa idade média, especificamente do reino de Castela. O segundo capítulo trata da vida pública e trajetória política de Don Juan Manuel, enquanto o terceiro é dedicado a sua produção literária e análise da fonte já citada.

1. A Baixa Idade Média Castelhana

O final do século XIII e o início do século XIV compreendem um período marcado por crises políticas e sociais para os reinos cristãos europeus. Tanto no reino de Leão, quanto no reino de Castela, vai tomando forma um processo de centralização do poder régio, seja no plano legislativo, no político e com relação à justiça. No caso do reino de Castela, o século XIII culmina o desenvolvimento do estado estamental, em que os diversos estamentos sócio jurídicos da sociedade encontram-se em um corpo, o reino, cuja cabeça é o monarca.²

Como em outras monarquias européias, o poder real no reino castelhano tem uma fundamentação ideológica com base teológica e jurídica. Parte do princípio que Deus é o único rei verdadeiro, e que o monarca tem seu poder originado do divino, onde encontra plena justificação. A questão é determinar o papel da nobreza na estrutura política do reino neste processo, uma vez que o poder monárquico necessita de seu apoio e colaboração, seja para proteção militar, seja integrando os organismos de governo.³

De acordo com Mínguez, a chave está em manter o equilíbrio, uma vez que o poder nobiliárquico e o poder real são dois suportes essenciais na arquitetura do poder, e o apoio da nobreza é fundamental para uma ação normal de governo, já que juntamente com o alto clero este grupo constitui a sociedade política.⁴

Utilizamos em nossa análise o conceito de nobreza definido por Fátima Regina Fernandes em seus estudos posopográficos sobre a sociedade política portuguesa na Baixa Idade Média. Segundo a autora:

(...) nobreza entendida como ordem, como estatuto social, na medida em que o critério de definição entre os estratos sociais fundamenta-se no sangue, na origem familiar e não num critério econômico, como aquele que diferencia as classes sociais. O princípio de superioridade

² MÍNGUEZ, César Gonzáles. *Las luchas por el poder en la corona de Castilla: nobleza vs monarquía (1252-1396)*. Revista Clio e Crimen, nº 6, 2009. p.40-41

³ Idem, p.40

⁴ Idem, p.45

assente no direito de sangue é o que franqueia a esta nobreza o acesso às imunidades judiciais e isenções fiscais, é o que caracteriza o ser-se “honrado”, o que diferencia, em última análise, do povo. (...) Assim, em conformidade com este conceito adotado, o que caracteriza a nobreza é o exercício efetivo ou o direito a exercer prerrogativas senhoriais: o direito de julgar, convocar e cobrar tributos. Os direitos senhoriais só são, no entanto, exercidos na prática, por quem domina as principais fontes de poder: recursos econômicos, a proteção do rei e a força militar.⁵

Até a maioria de Afonso XI em 1325, Castela atravessaria lutas intensas entre a monarquia e a nobreza, sendo essa resistência vinda não só das principais Casas nobiliárquicas do reino – vindas das linhagens mais antigas e proeminentes- bem como membros da própria família real castelhana, buscando meios de obter maior controle político e econômico dentro da administração monárquica.

O reino castelhano passava por um fenômeno de transformação e renovação do quadro nobiliárquico, segundo Salvador de Moxó.⁶ Para o autor, nesta época teve início um processo de declínio da chamada “nobreza velha”, ao mesmo tempo em que entram no grupo da alta aristocracia novos elementos sociais, de uma nobreza menos titulada. Entende-se por nobreza velha:

(...) aquella que se formó en la etapa más dinámica de la Reconquista, durante el período en que los guerreros castellanos y leoneses, avanzando hacia el sur desde el valle del Tajo, alcanzan el Guadalquivir con Fernando III, constituyendo en consecuencia la más viva expresión de tal nobleza las familias o linajes cuyos miembros ocupan puestos destacados o rectores durante los siglos XII y XIII, momento el de este último siglo en que la repoblación nobiliária irá desplazando a

⁵ SILVEIRA, Eliana Ávila. . *Cultura e Poder na Baixa Idade Média Castelhana: O Livro das Armas de Don Juan Manuel (1282-1348)*. Inédito, 2006. p.35

⁶ MOXÓ ORTIZ DE VILLAJOS, S. De la nobleza vieja a la nobleza nueva. *Cuadernos de Historia*, Madrid, n.3, p.2-3, 1969

anteriores fórmulas e instituciones repobladoras, imponiendo su fisionomia (...) ⁷

Esse grupo nobiliárquico teve sua formação e consolidação extremamente vinculadas ao processo de expansão e apogeu da chamada Reconquista cristã, ao longo dos séculos XII e XIII, que garantiu a esta nobreza não só a atuação da sua vocação bélica como também a incorporação dos domínios conquistados ao seu patrimônio. Segundo Silveira:

Com efeito, antes de tudo, a categoria nobre é definida socialmente pelos atributos de qualificação produzidos pelo nascimento, pela honra do sangue ancestral, mas igualmente por sua destacada especialização funcional de caráter militar. A nobreza medieval tem na guerra e na riqueza patrimonial dela decorrente, os eixos básicos de sustentação de seu gênero de vida, de sua mentalidade social e de sua capacidade de dominação sócio-política sobre o restante da sociedade. ⁸

Cabe aqui ressaltar que a nobreza não constitui um grupo homogêneo, e como afirma Mattoso, sua diversidade é um aspecto que deve ser levado em conta ao analisar o tema. O autor defende:

A relação com o poder econômico, político, militar e simbólico é já de si estruturante. Com efeito, uma das consequências da desigualdade de situações perante estas forças é justamente a repartição da nobreza em diversos estratos. A hierarquia dentro da classe é pois um aspecto fundamental desta matéria. ⁹

A categoria dos ricos-homens compreendia o grupo social mais proeminente dentro da alta nobreza hispânica, e tinham reservados para si não apenas uma boa base patrimonial bem como altos cargos na administração do reino, vindo imediatamente após a família real. Em um conflito externo, como no caso da reconquista, estas principais estirpes nobiliárquicas que incorporavam as mais importantes e volumosas doações, isenções e

⁷ Idem, p.3.

⁸ SILVEIRA, Eliana Ávila. Op.cit. p.50

⁹ MATTOSO, José. *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder*. Lisboa: Estampa, 1987, p.27.

imunidades, consolidando casa vez mais a diferenciação dentro da categoria nobre.

Essas mesmas conquistas levaram a uma intensificação das estruturas senhoriais no reino de Castela, uma vez que a nobreza também era responsável pelas prerrogativas senhoriais, tendo assim, não apenas o controle econômico, mas também o político e militar através da apropriação dos principais instrumentos de poder, já que a estrutura rural baseava-se na relação vertical entre senhor e camponês.

Ao final do século XIII, com o refluxo da Reconquista e a queda da expansão territorial, tem início um período de enfraquecimento do poderio político e econômico nos grupos mais significativos dos círculos nobiliárquicos. Houve dificuldades na manutenção do poder político e econômico, devido ao arrefecimento de suas glórias militares, bem como o estancamento de suas principais fontes de engrandecimento patrimonial. Soma-se a isso o desenvolvimento de estruturas políticas mais centralizadas no que diz respeito às instituições políticas e administrativas monárquicas, o que também atingiria a velha nobreza nos órgãos de poder na Coroa.

Segundo Mínguez, estas tentativas de assalto ao poder real por parte da nobreza é um esforço realizado em busca de controle deste poder em benefício próprio, visando principalmente uma participação maior nas rendas e bens da Coroa como forma de combate a crise e para manter suas bases econômicas.¹⁰

No meio destas questões entre grupos nobiliárquicos e o monarca, vem agregar-se mais uma força social nesta disputa, as cidades e vilas do reino. A organização administrativa das cidades dava-se através dos Conselhos Municipais, controladas pelas oligarquias locais, e que serviam de intermédio entre a Coroa e a população local. Seu papel na realeza cresce na medida em que se acentuam os conflitos entre nobreza e o poder monárquico, sendo o Conselho Municipal uma importante base de apoio do rei.¹¹

¹⁰ MÍNGUEZ, César Gonzáles. Op.cit. p.45

¹¹ SILVEIRA, Eliana Ávila. Op.cit. p.59-60

Enquanto algumas cidades hispânicas são uma decorrência direta das antigas *civitates* romanas, outras desenvolveram-se graças ao renascimento comercial dos séculos XI e XII, e todas são marcadas por uma nova organização social, baseada na ascensão das camadas médias, voltadas as operações mercantis. Também vale destacar o desenvolvimento de cidades ligadas ao ciclo das peregrinações religiosas, especialmente no que diz respeito aos sítios religiosos de Santiago de Compostela, igualmente desenvolvidos devido ao grande fluxo de pessoas e conseqüentemente de mercadorias. Estes núcleos urbanos mantêm uma ligação direta com as guerras da Reconquista cristã, uma vez que havia uma política de povoamento dos territórios conquistados por parte da Coroa, bem como uma motivação militar, de defesa contra os mouros.

1.2 Contexto político e cultural do reino castelhano

Com relação ao contexto político do reino castelhano podemos perceber 3 fases distintas em que houve uma crise política interna intensa, que podem ser delimitadas por tais marcos temporais: a ascensão de Sancho IV (1284-1286), onde ocorre uma guerra civil e uma crise de legitimidade do novo monarca; o reinado de Fernando IV (1295-1312) com uma segunda guerra civil e várias revoltas na nobreza e a longa menoridade de Afonso XI (1312-1325), onde disputas acirradas ocorreram entre as facções nobiliárquicas buscando o controle de sua tutoria régia. Esses marcos temporais ajudam a visualizar a amplitude da crise política, e o impacto principalmente na alta nobreza hispânica.

O desenvolvimento de um programa político e ideológico de fortalecimento da autoridade régia e a promoção de um conhecimento como base ideológica de afirmação de poder, ao longo dos séculos XIII e XIV também atingiram os grupos nobiliárquicos. Num contexto de instabilidade política, a cultura é utilizada como um elemento que reforça o poder político, econômico e social das elites nobiliárquicas, que se apropria da literatura didática e moralizante como forma de instrução modelar deste grupo.

Uma grande crise dinástica caracterizou o fim do reinado de Afonso X, eclodindo uma guerra civil que instaurou um padrão de conflitos que se seguiriam nas décadas seguintes no cenário político castelhano. No ano de 1275 o infante Don Fernando, filho primogênito e herdeiro do trono de Castela morre, e abre-se então uma disputa entre os herdeiros legítimos de Don Fernando e seu irmão Don Sancho, que reivindicava seu direito sucessório como filho secundogênito do monarca.

A sociedade política dividiu-se antagonicamente, sendo a facção favorável ao infante Don Afonso de Lacerda encabeçada pela figura de Don João Nunes de Lara, enquanto os partidários de Don Sancho eram conduzidos por Don Lopes Dias de Haro. Sancho tinha um número mais expressivo de apoiadores em decorrência de uma oposição à política centralizadora promovida pelo

monarca Afonso X. Nas Cortes de Segóvia em 1278, o rei reconhece Don Sancho como herdeiro da coroa. Porém, passados vários anos, o rei concede alguns benefícios aos herdeiros de Don Fernando. Descontente, Don Sancho entra em conflito com seu pai, só assumindo o trono em 1284, com a morte de Afonso X.

Ao ser entronizado, Sancho IV mantém o projeto político centralizador que tinha sido desenvolvido por seu pai, causando grande descontentamento na nobreza que o apoiou, fazendo com que este grupo se levantasse contra ele, que por sua vez os reprimiu violentamente.¹² Sobre esta política centralizadora, evidencia Gonzalez Jimenez:

Se trataba de un programa ambicioso, nada ambiguo en sus planteamientos, que despertó desde el principio, si no resistencias, sí al menos recelos generalizados, ya que eran muchas frentes las que atacava: la creación del Derecho a partir de las sentencias o fazañas de los jueces; la autonomía de la justicia forera o municipal y, en última instancia, a ruptura del equilibrio, característico del período anterior, entre el rey y la sociedad política del reino. De esta forma, el rey dejaba de ser un simple guiador e cabdillo de las huestes, un príncipe que preside un puñado de vasallos ilustres y poderosos, de los que depende y a quienes teme, para erigir-se en Vicario de Dios, legislador único y juiz supremo sobre todos los del reyno. Para destacar la singularidad y la dignidad de su persona, Alfonso X no precisaba de ritos de consagración ni los queria, dado el carácter ambiguo de la unción régia.¹³

O clima de instabilidade só se intensificou, uma vez que em 1295, Sancho morre subitamente. Deixa como sucessor o infante Don Fernando, que passou a ter sua tutoria disputada por diferentes grupos nobiliárquicos. O rei de Aragão aproveita-se desta situação e decide invadir o reino castelhano em

¹² SILVEIRA, Eliana Ávila. Op.cit. p.25-36.

¹³ GONZALEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Alfonso X, el Sábio. Historia de un reinado (1252-1284)*. Burgos: La Olmeda, 1999, p.192-193

1296, e afiançar a ocupação dos territórios de fronteira do reino de Múrcia.¹⁴ O Monarca torna-se apoiador da causa de Don Afonso de Lacerda, estabelecendo acordos políticos pelos quais se comprometia em ajudá-lo em sua luta contra Fernando IV. Jaime II de Aragão lançava assim as bases de um projeto de expansão territorial que visava redefinir os limites de fronteira entre seu reino e Castela, visando principalmente a região do reino de Múrcia.

Este contexto foi propício para que a nobreza empreendesse um verdadeiro assalto ao poder real, buscando uma apropriação dos bens e rendas reais. De acordo com Beceiro Pita:

La turbulencia política castellana se agrava en la guerra civil de 1296 a 1304, en la que se produce el mayor peligro de fragmentación política desde el reinado de Fernando III: la proclamación del Infante don Juan por sus partidarios como soberano de León y Galicia, y la de Alfonso de la Cerda como rey de Castilla, Toledo, Córdoba, Murcia y Jaén. La guerra proporciona además a la aristocracia y a los infantes la ocasión para usurpar villas y rentas a costa del realengo, aunque, en buena parte, serán devueltas a la Corona.¹⁵

A maioria de Fernando IV é proclamada em 1301, e Castela se recompõem, mas muito brevemente, uma vez que o monarca veio a falecer onze anos depois. Deixando como herdeiro do trono o Infante Don Afonso, ainda criança, tem início um novo período de conflitos intensos de disputa pela tutoria régia e conseqüentemente pelo controle do reino por parte dos grupos nobiliárquicos, conflitos estes que só chegam ao fim com a proclamação da maioria do monarca Afonso XI em 1325.

¹⁴ BECEIRO PITA, Isabel. *La consciencia de los antepasados y la gloria Del linaje em la Castilla bajo medieval. Relaciones de poder, de procucción y parentesco em la Edad Media y Moderna. Aproximaciones a su estudio, obra compliada por Reyna Pastor.* Madrid: CSIC, 1990. p.87

¹⁵ Idem

2. A vida de Don Juan Manuel

Don Juan Manuel nasceu em Toledo, 1282, durante uma importante guerra civil em que Sancho IV assumiria o trono. Herdeiro de uma das principais casas nobiliárquicas castelhanas, vinculado diretamente a família real, era filho de Don Manuel, portanto neto do monarca Fernando III e Beatriz de Sabóia, princesa alemã descendente da poderosa linhagem dos Hohenstaufen.

Órfão em tenra idade, foi criado na corte de Sancho IV, onde teve a oportunidade de entrar em contato com toda a produção cultural e de conhecimento fomentada por seu tio Afonso X, o sábio. Herdou de seu pai um imenso patrimônio, além do cargo de Adiantado Maior da fronteira do reino de Múrcia. Reunia em si os principais elementos que caracterizavam os ricos homens em Castela, a ascendência, a privança e o patrimônio.¹⁶ Segundo Molina:

El papel político de Don Juan Manuel em la historia política castellana de la primera mitad del siglo XIV fue sumamente importante, ya que sin ser Rey, fue nieto, sobrino y primo de los de Castilla, yerno e cuñado de los de Aragón, y por los enlaces matrimoniales de sus hijas, descendientes suyos ocuparon los tronos de Castilla y Portugal. Su participación em la intrincada política de su época fue muy activa: mantuvo quegras por tierra y por mar contra los reyes de Castilla, Aragón y Granada y contra otros señoríos, lo que nos puede dar una idea de su potencial y preparación militar. Su astuta y diplomática estrategia, sustentada em hábiles alianzas le valió numerosas Mercedes y honores. Los reyes de Aragón le hicieron príncipe y duque de Villena, aunque el prefirió utilizar et título de “fijo del infante Don Manuel” y el de adelantado mayor del reino de Murcia.¹⁷

¹⁶ PEDRERO-SÁNCHEZ M.G. Ética e política em Don Juan Manuel. In: DE BONI, Luiz Alberto. Idade Média: ética e política. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 467

¹⁷ MOLINA, Angel Luis. Los dominios de Don Juan Manuel, Universidad de Murcia, s.d. p. 219

Sua vida política tem início em 1294, quando aos 12 anos assume seus domínios. Foi um período conturbado no reino castelhano, durante o reinado de Fernando IV, e já se vê obrigado a entrar no jogo político com a invasão por parte de Jaime II em seus domínios. Em detrimento dos interesses da coroa de Castela, o nobre firma um acordo de capitulação com o monarca aragonês. Neste acordo Don Juan Manuel se comprometia em reconhecer Jaime II como o senhor natural de seus domínios, assegurando assim a paz na região e tentando conservar o mínimo de seu patrimônio.

Buscando estreitar os laços com o reino vizinho e retomar o total controle sobre seus territórios, o nobre propõe ao rei de Aragão o seu casamento com a sua filha Infanta Constança. Havia ficado viúvo recentemente, de uma união que teria sido arranjada por Sancho IV. O matrimônio com a infanta aragonesa foi celebrado em 1303, e o nobre conseguiu assim salvaguardar seus interesses senhoriais. Vale destacar aqui o caráter extraterritorial da nobreza ibérica, uma vez que esta não considera prioritariamente a fronteira física em suas relações políticas, mesmo que tenham participado da sua construção com o processo da Reconquista.¹⁸

Don Juan Manuel volta suas atenções para a corte castelhana com a morte do monarca Fernando IV. Com o herdeiro do trono, Afonso XI, ainda criança, tem início uma série de disputas políticas entre diferentes facções da nobreza pela tutoria do herdeiro e conseqüentemente pelo controle político e econômico do reino. Os historiadores dividem este período de crise no reino castelhano em duas partes. A primeira fase da regência (1312-1319) caracterizou-se por uma intensa disputa entre o Infante Don João, irmão do monarca Sancho IV e o Infante Don Pedro, irmão do rei Fernando IV. A sociedade política divide-se então em dois grupos que apoiam um ou outro nobre na sua tentativa de conquistar o cargo de tutor do rei.¹⁹

Em campanhas militares contra os muçulmanos, os dois pleiteantes vieram a falecer, o que fez com que as lutas políticas tomassem um novo fôlego. Os novos protagonistas que passam a disputar a regência são o Infante

¹⁸ FERNANDES, Fátima Regina. A construção do conceito de monarquia medieval. p. 156-157

¹⁹ SILVEIRA, Eliana Ávila, Op.cit. p.106-108

Don Felipe, irmão de Fernando IV e Don Juan Manuel. A tutoria acaba dividida entre estes dois e Don João, o Torto, filho do Infante Don Juan, com cada um atuando em suas bases de poder locais, fragmentando o poder central. Segundo Silveira:

Efetivamente, é dentro da conjuntura que marca o advento da segunda tutoria, que podemos vislumbrar também, mais claramente, o peso considerável de sua atuação política e social nos rumos da vida interna da Coroa de Castela. Estes anos assinalam uma etapa privilegiada em sua trajetória política, tendo em vista sua ascensão direta ao controle do poder central, e inserção preponderante na esfera dos altos cargos da realeza.²⁰

Depois de uma longa e conturbada menoridade, e diante de um contexto de intensa desordem política e social, em 1325 Afonso XI é entronizado. É um governo que foi pouco estudado, mas que marca um importante momento na monarquia castelhana, de intensos conflitos entre o monarca e o descontente grupo nobiliárquico.

²⁰ Idem, p.109

2.1 Don Juan Manuel e Afonso XI

Assim que Afonso XI assume o trono, Don Juan Manuel busca uma convivência amistosa com o monarca. O rei busca retomar a ordem social e política e para isso retoma o projeto de centralização monárquica empreendido pelo seu ascendente Afonso X, causando um grande descontentamento nos grupos nobiliárquicos. De acordo com Salvador de Moxó:

En el reinado de Alfonso XI, Monarca de personalidad mucho más acusada y de vida y reinado más dilatados que su padre, aumenta el influjo de los expertos oficiales de la Corte regia en la esfera política. El mayor autoritarismo del Soberano – consciente de sus objetivos – y su deseo de controlar y regular la vida del país, conducía inevitablemente a ello, a causa de la necesidad de disponer de ciertas personas de confianza con las que se actuara con mayor desenvoltura de la que era posible con los ricos-hombres y de la conveniencia de contar con administradores, juristas o diplomáticos expertos, ya que es bien sabido que no sólo a la guerra dedicó aquel notable Monarca sus esfuerzos, sino también a procurar mejor organización y administración del Reino, a facilitar la transformación en territorial del antiguo Derecho local castelhana. (...). A causa de ello le vemos rodearse de personajes de relieve, que aparecen dotados de adecuada preparación para las funciones que se les encomiendan dentro del círculo cortesano-administrativo. La oportunidad en la elección resultaba trascendental en un momento en que la administración se hacía más compleja, siendo tal circunstancia un factor a considerar en el auge experimentado por los “letrados” durante el siglo XIV.²¹

Esta atitude do monarca enquadra-se no processo de renovação dos quadros nobiliárquicos, e o afastamento destas estirpes tradicionais dos altos postos da administração régia é um dos principais pontos de descontentamento

²¹ MOXÓ ORTIZ DE VILLAJOS, Salvador de. La promoción política y social de los letrados en la Corte de Afonso XI. *Hispania*, Madrid, n.129, 1975, p.7.

e oposição nos nobres á nova política régia. Os levantes são encabeçados pelos antigos tutores Don Juan Manuel, e Don João , o Torto.

Afastados da Corte, os nobres resolvem unir forças e firmar um acordo através do matrimônio de Don João, o Torto com a filha de Don Juan Manuel, Constança Manuel. De acordo com Silveira:

Assim, concebido como expressão máxima dos objetivos e interesses do poder linhagístico, o acordo matrimonial do D. João, o Torto, com Constança Manuel, ao congregar duas das mais importantes casas nobiliárquicas de Castela, representava, antes de tudo, o aparecimento de uma considerável força de desestabilização e corrosão da autoridade monárquica.²²

Esta união destas duas linhagens nobiliárquicas era uma grande ameaça a estabilidade do reino, uma vez que uniam-se uma grande amplitude de domínios e meios de controle no território castelhano, bem como uma vasta riqueza e proeminência social. Consciente desta ameaça, e numa manobra política habilmente planejada por seus privados da corte Afonso XI apresenta uma contraproposta a Don Juan Manuel, na qual o próprio propõe casamento com a filha do nobre. Como afirma Ayerbe-Chaux, *“sólo em este cuadro de influencias políticas y de la importancia que em ellas adquirirían las alianzas matrimoniales se comprende lo que significó para Don Juan Manuel la propuesta de matrimonio de Afonso XI com su hija”*.²³

Diante da possibilidade de voltar ao centro do poder em Castela, e de ver uma filha ocupando o trono, Don Juan Manuel responde afirmativamente e as negociações tem início, com a união se concretizando no ano de 1325. Assim, o monarca volta-se para a figura de Don João, o Torto, acusando-o, condenando-o e executando-o pelo crime de traição, além de apropriar-se de todos os seu patrimônio. O objetivo desta punição era definir a sua posição rígida com relação aos levantes dos grupos nobiliárquicos bem como usar este

²² SILVEIRA, Eliana Ávila, Op.cit. p. 122

²³ AYERBE-CHAUX, Reinaldo. Don Juan Manuel y la Corona de Aragon, la realidad politica y el ideal de los tractados. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario*. Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.24

episódio como uma ação política exemplar, controlando assim a ordem interna do reino.

Acreditando ter neutralizado as ameaças imediatas e sem ver maiores benefícios em manter o acordo firmado, Afonso XI proclama nulo seu acordo matrimonial com Dona Constança Manuel, buscando um acordo com o rei Afonso IV de Portugal e propondo casamento com uma de suas filhas. Segundo Molina:

1327 termina para el hijo del infante Don Manuel com el repudio humillante de su hija y las muertes de su esposa y su suegro. Dispuesto a vengar la afrenta, se desnaturó y ofreció su alianza a los enemigos políticos de Afonso XI. :a ruptura fue ineludible cuando entro em negociaciones con el rey de Granada, a quien em 1328 le comunicaba que excepto Murcia y Mula, todo el reino estaba a su obediencia.²⁴

O conflito com Afonso XI durou até 1330, quando de estabeleceu uma concórdia. Chegou a participar de ao lado do monarca nas batalhas de Salado em 1340 e da tomada de Algeciras em 1344. Após isso retira-se da vida pública, dedicando-se inteiramente a sua produção literária.²⁵ A data de sua morte é motivo de controvérsia para os historiadores, mas o mais provável é que tenha morrido em Córdoba, no ano de 1348.²⁶

²⁴ MOLINA, Angel Luis. Op.cit. p.225

²⁵ Idem

²⁶ GÁRCIA, L.R. La fecha de la muerte de Don Juan Manuel. In: *Don Juan Manuel. VI Centenario*. Murcia: Universidad de Murcia-Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.325-336.

3. Don Juan Manuel e sua produção literária

No fim da idade média o conhecimento produzido para servir de base à afirmação do poder real passou a abarcar também as preocupações ideológicas e dos costumes da nobreza. Isabel Beceiro Pita afirma que no fim da idade média cresce uma preocupação e uma valorização da educação das elites nobiliárquicas, e com isso cresce a literatura de caráter didático destinado tanto a educação dos príncipes como da camada nobre.²⁷ Don Juan Manuel é uma fonte importante para compreender essas estratégias culturais que fundamentam o sistema de valores, a conduta moral e os ideais sociais e políticos da sociedade aristocrática na baixa idade média e fundamentalmente na nobreza castelhana.

Seus escritos possibilitam uma visão dos processos culturais modelares para os costumes sociais nobres, bem como dos mecanismos de codificação ética no que diz respeito à conduta política das elites na sociedade baixo medieval. Suas obras funcionam, portanto tanto como um guia de normas de comportamento quanto como um ideário de educação política e religiosa. Os estudiosos de suas obras defendem que as obras de Don Juan fazem parte do denominado didatismo doutrinal e moralizante, tendo em suas obras desenvolvido um programa educativo voltado para a formação da nobreza.

As inúmeras e detalhadas referências normativas, que os textos manuelinos propõem sobre a arte do bom comportamento e do bom governo, sem dúvida alguma, convertem seu autor em um dos grandes representantes da pedagogia nobiliárquica medieval. Toda a sua formulação discursiva de caráter moralizante tem assim uma dimensão eminentemente pedagógica e instrutiva, que visa garantir e reforçar o estabelecimento de uma estreita relação de pertença da nobreza à alta

²⁷ BECEIRO PITA, Isabel. *La consciencia de los antepasados y la gloria Del linaje em la Castilla bajo medieval. Relaciones de poder, de proccción y parentesco em la Edad Media y Moderna. Aproximaciones a su estudio, obra compliada por Reyna Pastor*. Madrid: CSIC, 1990. p.571-590

posição hierárquica de seu estado social. Numa época de crise e afrouxamento dos laços sociais, a intencionalidade didática dos textos manuelinos atendia, pois, a necessidade primordial de ordenação e ajustamento da categoria nobre a um padrão disciplinar de excelência moral.²⁸

Ao longo da primeira metade do século XIV desenvolveu uma intensa atividade literária: “Crônica Abreviada” (anterior a 1325), o “Livro de Caça” (1325-1326), o “Livro do Cavaleiro e do Escudeiro” (1326-1327), o “Livro dos Estados” (1327-1330), o “Livro dos Exemplos do Conde Lucanor e de Patrônio” (1330-1335), o “Livro dos Castigos e Conselhos ou Livro Infinito” (1336), o “Livro das Armas” (1342-1345) e o “Tratado de Assunção da Virgem Maria” (posterior a 1345).²⁹ Esses títulos não correspondem à totalidade de sua obra, pois sabe-se da existência de escritos que não puderam ser conservados. Atualmente se conservam cinco manuscritos, sendo dois na Biblioteca Nacional de Espanha, e o restante em acervos particulares.

Este nobre é uma figura muito controversa quando se têm em mente aspectos tão opostos quanto sua vida pública e a do homem de letras. Enquanto na política foi marcado por um orgulho e sagacidade voltados a permanência e aumento de seu poderio, não hesitando em aliar-se aos inimigos do rei se necessário, também foi considerado uma das mais representativas figuras do saber enciclopédico do medievo, junto à seu tio Afonso X.

Uma das principais influências culturais na sua produção literária foi o legado da produção intelectual do reinado de seu tio. De acordo com Kinkade, Sancho IV atuou como uma ponte literária entre Afonso X e seu sobrinho Don Juan Manuel. Apesar de ter tido um reinado politicamente conturbado este monarca também teve uma preocupação com a continuidade das atividades culturais no reino.³⁰

²⁸ SILVEIRA, Eliana Ávila. Op.cit. 156

²⁹ BLECUA, José Manuel. *Don Juan Manuel. Obras completas*. Madrid: Gredos, 1982, p.161-175.

³⁰ KINKADE, Richard P. Sancho IV: Puente literário entre Afonso el Sabio y Juan Manuel. *Publications of the modern language association of America*, n.87, 1972, p.1038-1051.

Segundo Stefano, percebemos em suas obras doutrinárias além da visão de mundo do pensamento medieval com seus antagonismos, características herdadas da antiguidade: uma humildade do artista enquanto instrumento divino ao mesmo tempo em que demonstra ter consciência da sua personalidade artística; busca da aproximação com o leitor em detrimento de uma obscuridade retórica e além de um apego ao saber livresco demonstrar um orgulho e segurança atribuídos à experiência pessoal.³¹

O autor tende a ter uma expressão simples e direta, próxima da linguagem cotidiana, o que condiz com o caráter didático de duas obras. Soma-se a isso a opção por usar a língua romance, o que pressupõem a existência de leitores que não tinham familiaridade com o latim. Outra característica a ser mencionada é a confissão de incapacidade, em que o escritor aparenta um pouco entendimento do tema e uma humildade de quem se coloca como uma pessoa que escreve enquanto instrumento divino. Ao mesmo tempo em que há essa falsa modéstia, há uma valorização do próprio artista, que revela-se através de sua experiência, transformada em modelo. Para Stefano poucos escritores sentiram com tanta força a importância da experiência concreta para a práxis da vida, remetendo-se a si mesmo para sustentar seus conselhos, ao invés de usar autoridades e feitos de um passado remoto.³²

Seus escritos oferecem uma visão completa da situação política e social do seu tempo, e contém uma busca de uma justificativa racional para o seu estilo de vida. Imerso em uma época de crise política e social, com a expansão da autoridade monárquica, e uma mudança nas posições sociais, suas obras tem o objetivo garantir a conservação do poder linhagístico nobre, legitimando-o. A aprendizagem desses saberes sócio morais seria um complemento importante para a formação do comportamento distinto desta camada social. Para Herrero, em Don Juan Manuel a formação do nobre supõe primeiramente

³¹ STEFANO, Luciana de. Don Juan Manuel y el pensamiento medieval. In: Don Juan Manuel. VII Centenario. Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.338

³² Idem

a transmissão de valores morais e sociais, e os destinatários desse conhecimento são os varões que comandarão e defenderão a sociedade.³³

³³ GARCÍA HERRERO, Maria Del Carmen. La educación de los nobles en la obra de Don Juan Manuel. La familia en la Edad Media. XI Semana de Estudios Medievales. Instituto de Estudios Riojanos, 2001. p. 42

3.1 O Livro dos Estados

A obra contemplada por este estudo é o Livro dos Estados, uma das obras de maior relevância dentro da produção do autor. É um tratado político-teológico e moral de doutrinação geral da sociedade cristã, ao mesmo tempo é uma obra de educação principesca e nobiliárquica, podendo ser considerado a síntese de seu pensamento doutrinal.

De acordo com Silveira, o que mais preocupa o autor são aspectos sócio históricos da sociedade baixo medieval, “desde aspectos referentes ao problema da salvação e a hierarquização da vida social até as questões relacionadas à formação moral dos infantes e à instrução da conduta política dos governantes”³⁴.

Foi escrita entre 1327 e 1330, época turbulenta em sua vida. Ultrajado devido ao episódio do abandono de sua filha e em guerra declarada com o monarca Afonso XI, Don Juan Manuel refletiu em sua produção literária suas experiências, e devemos ter em mente este contexto ao analisar o Livro dos Estados. Na dedicatória, o autor fala sobre este tempo:

(...) Hermano señor Don Johan arzobispo de Toledo: Yo don Johan, fujo del infante Don Manuel, adelantado mayor de la frontera et del reino de Murcia, me encomiendo en la vuestra gracia et en las vuestras sanctas oraciones. Hermano señor: vos sabedes que los tiempos et las cosas que em El nos acaescen mudan lós fechos; et todos los filósofos et los profetas, et despues los sanctos, segunt las cosas que lês acaescieron en cada tiempo, así decian et facian sus dichos et sus fechos, et aun todos los homes en este nuestro tiempo de agora así lo facen; ca segun les acaesce en los fechos, así han de facer et de decir. Et por esta manera ogaño fiz um libro que vos envio, et fallaredes que lo demás es fecho segund las cosas que entonce acaescieron ó que eran acaescidas, et acaesce que agora esto acaesciente, como dijo Boecio, animan oruendam, etc.³⁵

³⁴ SILVEIRA, Eliana Ávila. Op.cit. p.159-160

³⁵ MANUEL, Don Juan. Libro de los Estados. Ed. Don Pascual de Gayangos. Biblioteca de Autores Españoles. Madrid: Atlas, 1952. p.282

No contexto do processo de reestruturação e centralização do poder monárquico, da transformação nos grupos sociais nos âmbitos sociais e políticos o Livro dos Estados corresponde a uma tentativa do autor de reconstruir sua imagem e honra senhorial frente a essas mudanças, respondendo a um desejo profundo de afirmação do sistema tradicional de organização da hierarquia social.³⁶

A teoria dos estados fundamenta-se nas determinações religiosas e morais que definem a cada homem sua posição social e seu pertencimento a um determinado estamento da sociedade. Sendo assim, o termo estado possui duas acepções básicas: a primeira de estado enquanto indicativo de situação, circunstância e a segunda enquanto grupo ou categoria social, como já descrito acima.³⁷

A obra é composta por dois livros, divididos em três partes: o primeiro livro tem cem capítulos, que tratam do estado dos leigos, o segundo livro tem 51 capítulos, com cinquenta tratando sobre o estado dos clérigos seculares e o último especificamente das ordens religiosas.

De estrutura novelesca, é uma narrativa construída na forma de perguntas e respostas entre o rei Moravan, seu filho Johas, Turin, o cavaleiro preceptor do infante e o pregador Júlio. O diálogo enquanto gênero específico é uma invenção grega, dos sofistas. O enredo se apresenta indiretamente, como justificativa a exposição da parte conceitual da obra. Segundo Herrera, o diálogo filosófico ou conceitual não implica em nenhuma ação, as personagens só tem o papel de ser porta vozes do autor, para expor um tema de ordem conceitual em uma progressão de pensamento.³⁸

Durante os primeiros capítulos, a única voz é a de Don Juan Manuel, que explica rapidamente as situações, apresenta os personagens e narra a história do infante. O rei Moravan pede para que Turin, o preceptor de seu filho Johas passe para ele todo o conhecimento prático e empírico necessário para

³⁶ SILVEIRA, Eliana Ávila. Op.cit. p.165-166

³⁷ STEFANO, Luciana de. Op.cit. p.331

³⁸ SAVOYE DE FERRERAS, J. Forma dialogada y visión del mundo en el "Libro de los Estados" de Don Juan Manuel. *Criticón*, n.28, Institut d'Etudes Hispaniques et Hispano-Americains, Université de Toulouse, 1984, p.99

sua vida e futura entronização, fugindo apenas de um tema, a morte, cuja existência deve ser absolutamente desconhecida pelo infante.

Ao cruzarem uma cidade rumo a um compromisso Turin e Johas acabam indo ao encontro de um funeral, e o tutor se vê em uma situação em que não pode mais esconder do infante toda a verdade, e este fica maravilhado com o aprendizado. Ao ter conhecimento sobre a finitude do homem, e a perenidade da alma, o infante Johas preocupa-se com os meios com os quais seria possível garantir a salvação da alma, e Turin por sua vez não se sente capaz de sanar essa dúvida, procurando assim o pregador cristão Julio, que poderia falar com propriedade sobre os temas que o infante estava desejoso de aprender.

É da boca de Julio que saem os ensinamentos teóricos sobre a doutrina cristã, bem como conselhos voltados para a vida prática de governança, vida pessoal e conflitos políticos e militares. Também é através de Julio que a figura de Don Juan Manuel aparece na narrativa, mostrando a importância que este dá a experiência pessoal como modelo de conduta e aprendizagem. Percebemos isto no capítulo XX:

Señor rey: á mí acaesció así: yo só natural de una tierra que es muy alongada de esta vuestra, et aquella tierra ha nombre Castiella; et seyendo yo y mas mancebo que agora, acaesció que nasció un fijo á un infante que habia nombre Don Manuel, et fué su madre doña Beatriz, condesa de Saboya, mujer del dicho infante, et pusiéronl' nombre Don Johan. Et luego que el niño nasció, toméle por criado em mi guarda, et desdeque fué entendiendo alguna cosa, punné yo em le mostrar et le acostumar lo mas et ló mejor que yo pude. Et desdeque more com él grant tiempo, et entendi que me podia excusar, fui predicando por las tierras la ley et la fe católica; et despues torné á él algunas veces, et siempre le fallé em grandes guerras, á veces com grandes homes de la tierra, et á veces com el rey de Aragon, á veces com el rey de Granada, et á veces com amos; et agora quando de allá parti estava em muy grant guerra com el rey de Castiella, que solia ser su señor, et por las grandes guerras que le acaescieron, et por muchas

cosas que vió et que pasó, despartiendo entre él e mi, sopé yo por él muchas cosas que pertenescen á la caballería, de que yo non sabia tanto, porque só clérigo et el mio oficio es mas de predicar que de usar de caballería.³⁹

Em outro trecho, o pregador Julio indica alguns escritos de Don Juan Manuel para a instrução do Infante Johas:

(...) mas si ló quisierdes saber complidamente, fallarlo-herdes em los libros que fizo Don Johan, aquel mio amigo, el uno que llaman de la Caballeria, et em outro que llaman el libro del Caballero eh del Escudero; et como quier que este libro fizo Don Johan em manera de fabliella, sabed, señor infante, que es muy buen libro et muy provechoso, et todas las razones que em él se contienen son dichas por muy buenas palabras et por los muy hermosos latines que yo nunca oi decir em libro que fuese fecho em romance, et poniendo declaradamente complida la razon que quiere decir, pónelo em las menos palabras que pueden seer.⁴⁰

A interpretação cristã da morte é o ponto de partida para a reflexão sobre a conduta que se deve manter em vida. Assim, podemos afirmar que a tese central é que o fim último do homem é a salvação da alma, conseguida através do cumprimento de deveres de ordem social, correspondentes ao Estado. De acordo com Pedrero- Sánchez:

A conveniência de manter a pluralidade de ofícios, estados e hierarquias, para que reine a paz espiritual e social dos homens, é princípio recolhido e aceito por Don Juan Manuel como útil e adequado para a salvação do indivíduo.⁴¹

A visão teocrática do mundo implica uma hierarquia social governada pelo sangue, concebida pela vontade divina. Sendo assim, o nascimento é o que determina o espaço social a ser ocupado, bem como as responsabilidades

³⁹ MANUEL, Don Juan. Op.cit. p.286

⁴⁰ Idem. p.335

⁴¹ PEDRERO-SÁNCHEZ, M.G. Ética e política em Don Juan Manuel. In: DE BONI, Luiz Alberto. Idade Média: ética e política. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p.465

que tem origem neste espaço, e cumprir com seus objetivos na ordem social é seguir os desígnios divinos. Numa sociedade dividida em estamentos, os indivíduos não se reconhecem em sua individualidade, mas sim a partir do sentimento de pertencimento a uma determinada posição na hierarquia social.⁴² Esta visão da ordenação da sociedade enquadra-se na denominada trifuncionalidade social, definida por Duby.⁴³ No capítulo XCII:

Senõr infante, dijo Julio, facerlo-he, pues ló queredes, et de aqui adelante nunca me reprendredes esta razon; et pues que ló queredes saber, dígovos que todos los estados del mundo que se encierran em tres: al uno llaman defensores, et al outro oradores, et al otro labradores; et pues ló queredes saber, conviene que vos fable em todos.⁴⁴

O fim da obra dedica-se a exaltar a sensatez, na medida em que se faz necessária a escolha de um meio de salvação que permita uma conciliação entre os bens temporais e os bens espirituais. Podemos perceber esta preocupação no seguinte trecho:

Et creed, señor infante, que todas estas maneras de ricos homes han estado muy peligroso et muy dubdoso para salvamiento de las almas, ca tanto han de facer por guardar la fama er su honra entre las gentes, que fuerza conviene que fagan muchas cosas que son grant daño de las almas et muy grant peligro de los cuerpos, et segund la manera em que forzadamente han de pasar, si quieren vevir al mundo em manera que Sean honrados et presciados, ésles muy menester que les judgue Dios mas segund la su piedad que segund las obras dellos.⁴⁵

De acordo com Stefano, a superioridade do homem sobre os seres celestiais está no fato de que estes não possuem o maior dom dado por Deus ao homem, o livre arbítrio.⁴⁶ A grandeza do homem reside no fato de haver a

⁴² SAVOYE DE FERRERAS, J. Op.cit. p.107-113

⁴³ DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1982, p.18.

⁴⁴ MANUEL, Don Juan. Op.cit. p.337

⁴⁵ Idem, p.335

⁴⁶ STEFANO, Luciana de. Op.cit. p.341

possibilidade da escolha entre o bem e o mal. Assim, podemos considerar a obra como uma glorificação do homem no mundo.

Conclusão

Com base no que foi discutido até aqui, podemos concluir que a produção literária de Don Juan Manuel está carregada de uma intencionalidade de esclarecimento, educação e normatização da camada nobre. Com o declínio do processo de reconquista e conseqüentemente o arrefecimento das glórias militares e de fonte de aumento de seu patrimônio, a nobreza enfrentou dificuldades em manter sua posição preponderante na sociedade.

Ao mesmo tempo, ocorre um processo de fortalecimento do poder régio, tanto no plano político como no legislativo, administrativo e da justiça. Essas transformações lentamente removem este estamento de seu papel social enquanto “bellatores”, lhe tira a diferenciação pelo acúmulo de recursos econômicos além de afastá-lo do centro do poder. Contra estas transformações, surge uma enorme resistência por parte dos grupos nobiliárquicos.

Ao viver estas circunstâncias, Don Juan Manuel encontra tanto nos acordos políticos, matrimoniais, levantes e guerras uma forma de defender sua posição e seus ideais e de resistir a esta transformação. Mas também encontra esta possibilidade em sua vida de homem das letras. Com uma produção literária intensa, Don Juan Manuel tem como objetivo instruir a camada nobre de seu lugar no mundo, justificando-o e legitimando-o, e preparando os grupos nobiliárquicos através de modelos de conduta.

No Livro dos Estados, esta intencionalidade fica muito clara, tanto pela utilização do recurso literário do diálogo, bem como da opção por escrever em língua romance, e de uma maneira clara e acessível. Desta forma, atingiria um grupo maior, culto, mas sem o domínio do latim.

Ao expor a doutrina cristã, e a organização da sociedade a partir dela, o autor nos mostra como a providência divina é responsável pela delimitação do homem em determinado estamento, e que ele deve reconhecer-se enquanto parte desta hierarquia. Para o bom funcionamento da sociedade, ou do chamado corpo político, o homem deve estar consciente da sua posição social, das responsabilidades e deveres que esta posição trás consigo.

Para uma boa realização destes deveres e responsabilidades Don Juan Manuel faz toda uma explanação com ensinamentos práticos relacionados ao cotidiano de um nobre no âmbito familiar, político e religioso. Ao realizar estas tarefas com sucesso, o homem alcança o bem maior, que é a graça eterna através da salvação da alma.

O autor também deixa bem identificável a sua pessoa em suas obras, seja ao tratar de seu contexto em sua dedicatória, seja ao dar valor a sua experiência individual e colocar-se como indivíduo e também suas obras como exemplos de fonte modelar de aprendizado. Este valor pode ser percebido como um traço de uma sociedade em um período de transição.

Bibliografía

ABAD, Francisco. Lugar de Don Juan Manuel en la historia de la lengua. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario*. Murcia: Universidad de Murcia - Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p. 9-15.

AYERBE-CHAUX, Reinaldo. Don Juan Manuel y la Corona de Aragón, la realidad política y el ideal de los tratados. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario*. Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.17-26.

BORGE. Ignacio Álvarez. La nobleza castellana en la edad media: familia patrimonio y poder. In: *La familia en la Edad Media*. XI Semana de Estudios Medievales, Logroño, 2001, 221-252.

CORTÁZAR, Fernando García e VESGA, José Manuel González. Breve Historia de España. Alianza Editorial, Barcelona, 1994

DE BONI, L.A. *A entrada de Aristóteles no Ocidente Medieval*. Revista Dissertativo, vol. 1 inverno 1995.

CASALDUERO, J. G. Libro de los Estados de Don Juan Manuel. In: Don Juan Manuel. VII Centenario. Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1992, p.149-161.

DARBORD, Bernard. Acerca de las técnicas de la expresión alegórica en la obra de Don Juan Manuel. In: Don Juan Manuel. VII Centenario. Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.51-61

SANCHEZ DONCEL, Gregorio. *Un Gran Señor Medieval: Don Juan Manuel*. Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval, 1982. P.87-115.

DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Tradução de Maria Helena Costa Dias. Lisboa: Estampa, 1982.

FERNANDES, F. R. *A nobreza, o rei e fronteira no medievo peninsular*. En La España Medieval, 2005.

_____ *Cultura e Poder na Baixa Idade Média Portuguesa*. Atas da IV Semana de Estudos Medievais, Rio De Janeiro, 2001.

_____ *Considerações sobre o Poder Régio e a Nobreza na Baixa Idade Média Portuguesa*. Revista da SBPH, número 23, Curitiba, 2002.

_____ *A Condição de Bastardo na Baixa Idade Média Portuguesa*. Anais da XXI Reunião da SBPH. Curitiba, 2002.

_____ *Poder e Sociedade na Península Ibérica*. Revista de Ciências Humanas número 10, Editora UFPR, Curitiba, 2001, p.123-133

FERRERAS, Jacqueline Savoye de. Forma dialogada y visión Del mundo en El libro de los estados de Don Juan Manuel. Centro Virtual Cervantes. Críticon. Num 28. 1984. pp. 39-92.

GIMENO CASALDUERO, Joaquín. El "Libro de los Estados" de Don Juan Manuel: composición y significado. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario*. Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.149-161.

GARCÍA HERRERO, María del Carmen. La educación de los nobles en la obra de don Juan Manuel. XI Semana, 2000 pp. 39-92.

JUNIOR, Almir Marques de Souza. Ideologia e hegemonia monárquica na Península Ibérica do século XIII. XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio. Rio de Janeiro, 2010.

LAFUENTE, Don Modesto. Historia General de España. Tomo Quatro. Montáner y Símon S.A. Barcelona, 1930.

LE GOFF. Jacques. SCHIMITT. Jean-Claude. Dicionário temático do Ocidente medieval I. São Paulo: EDUSC, 2002

. _____. Dicionário temático do Ocidente medieval II. São Paulo: EDUSC, 2002.

MANUEL, Don Juan. Libro de los Estados. Ed. Don Pascual de Gayangos. Biblioteca de Autores Españoles. Madrid: Atlas, 1952.

MÍNGUEZ, César Gonzáles. *Las luchas por el poder en la corona de Castilla: nobleza vs monarquía (1252-1396)*. Revista Clio e Crimen, nº 6, 2009. p.36-51

MOLINA, Angel Luis Molina. "Los dominios de don Juan Manuel." *Don Juan Manuel. VII Centenario*. Murcia: Universidad de Murcia – Academia de Alfonso X el Sabio, 1982, 215-226

ORDUNA, Germán. La autobiografía literaria de Don Juan Manuel. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario*. Murcia: Universidad de Murcia – Academia de Alfonso X el Sabio, 1982, p.245-258.

PEDRERO-SÁNCHEZ, M.G. Ética e política em Don Juan Manuel. In: DE BONI, Luiz Alberto. *Idade Média: ética e política*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p.463-471.

RÚBIO GARCIA, L. La fecha de la muerte de Don Juan Manuel. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario*. Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.325-336

SILVEIRA. E.A. *Cultura e Poder na Baixa Idade Média Castelhana: O Livro das Armas de Don Juan Manuel (1282-1348)*. Inédito, 2006.

_____. *Cultura, Saberes e Modelos de Condta da Nobreza Hispânica na Baixa Idade Média*. Revista do Corpo Discente do Programa de Pós Graduação em História da UFRGS, s.d.

STEFANO, Luciana de. Don Juan Manuel y el pensamiento medieval. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario*. Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.337-351.

_____. La sociedad estamental en las obras de Don Juan Manuel. *Nueva Revista de Filología Hispánica*, México, n.16, p.329-354, 1962.

TORRES FONTES, Juan . Murcia y Don Juan Manuel: tensiones y conflictos. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario*. Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.385-395